



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ Nº 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750, CEP: 98.120-000
FONE (55) 3197 0063

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

Município de Boa Vista do Incra

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Lazer, Desporto e Turismo

Processo de Licitação nº 74/2026

Tipo de julgamento: menor preço global por lote

Modo de disputa: aberto

Orçamento não sigiloso

O presente Edital foi redigido em **estrita observância** às diretrizes e especificações estabelecidas no **Termo de Referência**, que o instrui e integra para todos os fins.

Edital de pregão eletrônico para a empresa especializada para o fornecimento de uniformes escolares destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista do Incra/RS, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço global por lote, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de uniformes escolares destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista do Incra/RS, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, conforme descrito no Termo de Referência, edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, LC nº 123/06, LC nº 147/14 e do Decreto Municipal nº 29/2024 e nº 195/2025.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.pregaobanrisul.com.br, no dia **no dia 27 de abril de 2026, às 8h e 30min**, podendo as propostas serem enviados até às 8h e 29min, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

Os horários estabelecidos nesse edital de licitação, no aviso e durante e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

O orçamento da Administração para a contratação pretendida não é de caráter sigiloso, estando a Planilha de Custo, a qual embasa o valor unitário máximo admitido pela Administração, dispostas para consulta no Anexo VI deste edital.

O presente processo licitatório será conduzido por Agente de Contratação, conforme disposto em Portaria, o qual nesse certame passará à função de Pregoeiro.

Em razão do processo ser eletrônico, esclarecimentos, impugnações ou eventuais outras informações necessárias, deverão ser solicitadas **exclusivamente** via sistema na plataforma do preção nos termos do item 21 deste edital, observado o prazo legal. Não serão atendidas demandas encaminhadas por outro meio que não seja no próprio sistema da plataforma utilizada.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para o fornecimento de uniformes escolares destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista do Incra/RS, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, conforme descrições detalhadas no Anexo I, de acordo com o Termo de Referência, Anexo IV deste edital.

1.2. Todas as peças deverão ser padronizadas na cor azul escuro, com aplicação de viés nas cores verde e amarelo, contendo a identidade visual oficial do Município e da rede municipal de ensino, conforme padrões institucionais definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

1.3. Para o adequado atendimento da demanda da Administração Pública Municipal, deverão ser observados os seguintes requisitos técnicos, operacionais e institucionais, de acordo com o disposto no item 4 do Termo de Referência:

- Os uniformes escolares deverão ser confeccionados com materiais de qualidade comprovada, adequados ao uso escolar diário por crianças e

adolescentes. Os tecidos utilizados deverão apresentar resistência ao desgaste decorrente de lavagens frequentes, uso contínuo e atividades escolares regulares.

- Deverão ser empregados tecidos apropriados para cada tipo de peça, tais como malha de algodão ou malha mista (algodão e poliéster), suplex ou tecidos equivalentes de desempenho similar, garantindo conforto térmico, respirabilidade, flexibilidade e durabilidade, de modo a não restringir os movimentos dos alunos durante as atividades pedagógicas, recreativas e esportivas.
- Todas as peças deverão observar rigorosamente o padrão visual definido pela Administração Municipal, contemplando cores, logomarca e demais elementos institucionais da rede municipal de ensino.
- Os uniformes deverão ser confeccionados predominantemente na cor azul escuro, com aplicação de viés nas cores verde e amarelo, contendo a identidade visual oficial do Município e da rede municipal de ensino, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação. A padronização visual tem por finalidade fortalecer a identidade institucional da rede municipal, facilitar a identificação dos alunos e promover maior organização no ambiente escolar.
- A empresa contratada deverá disponibilizar grade completa de tamanhos, contemplando as diferentes faixas etárias atendidas pela rede municipal de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, de forma a assegurar a adequada adaptação das peças às características físicas dos estudantes.
- Os uniformes deverão apresentar padrão adequado de acabamento, incluindo costuras reforçadas, barras bem estruturadas, elásticos resistentes e aplicação adequada das estampas ou bordados institucionais.
- As peças não poderão apresentar defeitos de fabricação, deformações, falhas de costura ou inconsistências de cor, devendo garantir durabilidade compatível com o período de utilização previsto no calendário escolar.
- A empresa contratada será responsável pela realização do levantamento de medidas dos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação. Essa etapa deverá contemplar a medição individual dos estudantes ou a utilização de tabela padronizada de tamanhos previamente validada pela Administração, garantindo a correta correspondência entre as dimensões das peças e as

características físicas dos alunos, evitando inadequações ou necessidade de substituições posteriores.

- A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica e operacional para a produção, personalização e fornecimento dos uniformes escolares nos quantitativos estimados pela Administração, demonstrando possuir estrutura produtiva, logística e organizacional compatível com o objeto da contratação. A comprovação poderá ocorrer mediante apresentação de documentação que evidencie atuação no ramo de confecção de vestuário ou fornecimento de uniformes, bem como demais requisitos de habilitação previstos na legislação de regência.
- A contratada deverá realizar a confecção e a entrega integral dos uniformes escolares no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- A entrega deverá ocorrer em parcela única, no local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, acompanhada da respectiva nota fiscal e de documentação que possibilite a conferência quantitativa e qualitativa dos itens fornecidos.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.1.1. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.pregaobanrisul.com.br.

2.2. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do Decreto Municipal nº 29/2024 e do presente edital:

2.2.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.2.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.2.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

2.2.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando as disposições do item 4, e poderão ser retiradas ou substituídas até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

3.2.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

3.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 2h (duas horas).

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas iniciais mediante preenchimento dos campos no sistema eletrônico, inclusive inserindo o arquivo contendo a proposta

inicial, observando as diretrizes deste edital, com a **indicação completa do produto ofertado, incluindo marca e/ou fabricante**, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Ao inserirem suas propostas os licitantes devem observar e respeitar o valor máximo aceitável estabelecido, tanto para o valor unitário quanto para o valor total do lote, constantes no item 09 do Termo de Referência (Anexo IV) e no Anexo VI – Planilha de Composição de Custos – Valor Máximo Aceitável.

4.4. A proposta ajustada ao último lance ofertado (modelo Anexo VII) do edital, ou a resposta à contraproposta solicitada pelo Pregoeiro, deverá ser encaminhada em campo próprio do sistema, no prazo máximo de 2h30 (duas horas e trinta minutos), contendo as seguintes informações:

a) Razão social completa da empresa, endereço atualizado completo, CNPJ, telefone, e-mail.

b) Descrição completa do produto ofertado, marca e/ou fabricante;

c) Uma única cotação, com preço unitário e total dos itens e do total do lote ofertado, conforme disposição constante no Anexo I, em moeda corrente nacional, devendo ser considerado apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;

d) A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, apresentada em folhas rubricadas, redigida com clareza, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. No referido preço deverão estar incluídos todos os custos com material, mão de obra, e quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação.

4.5. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo máximo de até 02h30min (duas e trinta minutos) após a convocação do pregoeiro.

5.1.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar as seguintes declarações e demais documentos elencados nos itens 5.1.2. a 5.1.6:

a) Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

b) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de atendimento à legislação trabalhista de proteção à criança e ao adolescente, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

c) Não possuir em seu quadro societário servidor público do Município de Boa Vista do Incra, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviço prestado, inclusive consultoria, assistência técnica, ou assemelhados.

d) Declaração de que pessoa física ou jurídica não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; (Inc. VI do art 14 da Lei nº 14.133/21).

e) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (inc. IV do art 63 da Lei nº 14.133/21).

f) Declaração de cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para participação deste certame.

g) Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (§ 2º do art 4º da Lei nº 14.133/21).

h) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (§ 1º do art 63 da Lei nº 14.133/21).

i) Declaração atestando que o licitante não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (Inc. IV do art 14 da Lei nº 14.133/21).

5.1.1.1 Consta no Anexo II deste edital um modelo de declaração conjunta, tratando-se de uma mera sugestão, sendo de responsabilidade do declarante a adequação à situação fática da empresa, verificar se a declaração conjunta compreende todas as declarações exigidas no item 5.1.1 e as informações declaradas.

5.1.1.2. Conforme disposição do Art. 15 da Lei 14.133/2021, em caso de participação de consórcio, deverá ser atendido, para fins de habilitação, a apresentação dos documentos indicados neste mesmo artigo.

5.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.3. REGULARIDADE FISCAL

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União

administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.4. REGULARIDADE TRABALHISTA

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1.5.1. Conforme estabelecido no item 4 do Termo de Referência, a comprovação da qualificação técnica do licitante dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) comprovação de que a empresa atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de inscrição no CNPJ com CNAE relacionado à confecção, vestuário ou fornecimento de uniformes;

b) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento de materiais ou produtos similares ao objeto da presente contratação, tais como uniformes escolares, uniformes institucionais ou peças de vestuário em geral.

5.1.6. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.1.6.1. Conforme estabelecido no item 4 do Termo de Referência, a comprovação da qualificação econômico-financeira do licitante dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser substituídos por balanços provisórios nos casos admitidos pela legislação, sendo que a boa situação financeira deverá ser comprovada com capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme estabelecido na Ordem de Serviço nº 015/2024 do Município e no §4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante demonstração extraída do balanço patrimonial apresentado,

5.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.2.1. A substituição referida no item 5.2. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.3. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.4. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6. GARANTIA DE PROPOSTA

6.1 Não se aplica.

7. VEDAÇÕES

7.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na

gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

7.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

8.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, **e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.2.2 deste Edital.**

8.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances e negociação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- f)** deixar de cotar quaisquer um dos 8 (oito) itens que compõe o lote;

9.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

9.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

9.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 1,00 (um real), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

9.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

9.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10. MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

10.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.pregaobanrisul.com.br.

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração de que trata o item 5.1.1, letras “f” deste Edital;

11.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

11.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

11.1.4. O disposto no item 11.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da LC nº 123/2006.

11.2. Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento constante no Decreto nº 30/2024;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A resposta à contraproposta/negociação deverá ocorrer após encerrada a fase de lances e imediatamente após a solicitação do pregoeiro, sendo admitida ocorrer em até 5 (cinco) minutos contados da notificação via chat.

12.2.1. O envio de documentos complementares, em caso de ser solicitado, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta deverão ser encaminhados no prazo máximo de 2h (duas horas) conforme disposto no item 3.3 deste edital.

12.2.2. A proposta ajustada ao último lance ofertado ou quanto à negociação solicitada pelo pregoeiro, deverá ser encaminhada no prazo máximo de 2h30 (duas horas e trinta minutos), conforme fixado no item 4.4 deste edital.

12.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12.5. Será desclassificada a proposta adequada ao último lance que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances e negociação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- f) deixar de cotar quaisquer um dos 8 (oito) itens que compõe o lote;
- g) não for encaminhada em campo próprio no sistema, no item pertinente, no prazo máximo de 2h30 (duas horas e trinta minutos), com as informações constantes nos

itens 4.4 deste edital. Este prazo é aberto logo após o encerramento da negociação do item com o licitante melhor classificado.

12.6. O não encaminhamento da proposta adequada ao último lance ofertado ou a resposta à contraproposta solicitada pelo Pregoeiro enseja a desclassificação da licitante, estando sujeita à penalidade prevista do item 20 do edital.

12.7. O pregoeiro poderá, no julgamento de proposta, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. As declarações e os documentos de habilitação do licitante vencedor, de que tratam os itens 5.1.1 a 5.1.6, deverão ser enviados via sistema eletrônico, no prazo máximo de até 2h30min (duas horas e trinta minutos) após a solicitação do pregoeiro, a qual será realizada através do chat.

13.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.3. Nos termos art 64, § 1º da lei nº 14.133/21 e do art. 40 do Decreto nº 29/2024, na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro e a equipe de apoio poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.4. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

13.5. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado as declarações exigidas no item 5.1.1, letras “f” e “g” deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade,

em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, devendo ser inabilitada nesse caso, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Nessa hipótese, classificada a proposta, será concedido o prazo previsto no item 13.1 para o envio da documentação de habilitação.

13.7. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

14. RECURSO

14.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.1.1 As razões do recurso deverão ser apresentadas, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três)

dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 16.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16.7. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

17. VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, com fornecimento integral em parcela única. Tal prazo de vigência decorre da possibilidade de aditivo de contrato no caso de novas matrículas, conforme disposto no item 4 do Termo de Referência.

18. EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. Conforme estabelecido no item 5 do Termo de Referência, a execução e o recebimento deverão ocorrer da seguinte forma:

- a) A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, mediante a contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de uniformes escolares destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino do Município. A empresa contratada será responsável pela realização de todas as etapas necessárias à adequada execução do objeto, compreendendo o

planejamento, a medição dos alunos, a confecção das peças, o controle de qualidade e a entrega final dos uniformes, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

b) Inicialmente, após o recebimento da Nota de Empenho e a formalização do contrato, a empresa contratada deverá estabelecer contato com a Secretaria Municipal de Educação para organização das etapas de execução, especialmente no que se refere ao cronograma de medição dos alunos e definição da grade de tamanhos.

c) A contratada deverá proceder ao levantamento de medidas dos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino, realizando medição individual ou utilizando tabela de tamanhos previamente validada pela Administração, de forma a garantir que as peças confeccionadas estejam adequadamente ajustadas às características físicas dos estudantes.

d) Concluída a etapa de medição, a empresa deverá iniciar a confecção dos uniformes escolares, observando rigorosamente as especificações técnicas quanto aos tecidos, modelagens, cores, padronização visual e aplicação da identidade institucional do Município e da rede municipal de ensino.

e) Após a conclusão da produção, os uniformes deverão passar por controle interno de qualidade realizado pela própria contratada, a fim de garantir a conformidade das peças com as especificações técnicas estabelecidas no contrato.

f) A entrega dos uniformes deverá ocorrer em parcela única, no local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir do envio da Nota de Empenho, devidamente organizados por escola, turma e tamanho, a fim de facilitar a conferência e posterior distribuição aos alunos.

g) A execução do objeto deverá observar o seguinte cronograma estimado de atividades:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PRAZO ESTIMADO
1	Recebimento da Nota de Empenho e alinhamento inicial com a Secretaria de Educação	Até 3 dias
2	Planejamento da execução e organização da agenda de medição dos alunos	Até 5 dias
3	Realização da medição dos alunos ou confirmação da grade de tamanhos	Até 10 dias
4	Consolidação da tabela final de tamanhos e autorização para produção	Até 12 dias
5	Confecção e personalização dos uniformes Controle interno de qualidade das peças confeccionadas	Até 40 dias

	Separação, embalagem e organização por escola/tamanho	
6	Entrega dos uniformes à Secretaria Municipal de Educação	Até 45 dias

h) O recebimento do objeto será realizado em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

i) Recebimento provisório: realizado no momento da entrega, mediante verificação inicial da quantidade de volumes, identificação dos itens e conferência preliminar da documentação apresentada.

j) Recebimento definitivo: realizado após a verificação detalhada da conformidade das peças com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

k) Para possibilitar a adequada conferência quantitativa e qualitativa dos uniformes fornecidos, a contratada deverá apresentar, no momento da entrega, a seguinte documentação:

I – Nota Fiscal correspondente ao fornecimento dos uniformes;

II – Relatório ou planilha de entrega contendo a discriminação dos itens fornecidos, com indicação de tipo de peça, quantidade, tamanhos e identificação das escolas ou turmas atendidas;

III – Lista de conferência dos volumes entregues;

IV – Declaração de conformidade dos produtos, atestando que os uniformes foram confeccionados em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

l) Constatada qualquer irregularidade, desconformidade ou divergência entre os produtos entregues e as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente o objeto fornecido, devendo a contratada realizar a substituição ou correção das peças às suas expensas, no prazo de 10 dias.

m) A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual serão realizados por servidor designado pela Administração, o qual será responsável por verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade dos produtos fornecidos e a conformidade das entregas com as especificações estabelecidas neste instrumento.

19. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. Conforme estabelecido no item 7 do Termo de Referência, o pagamento ocorrerá da seguinte forma:

a) O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de até 15 (quinze) dias, após a entrega dos itens, mediante apresentação de Nota Fiscal e atesto do Fiscal do Contrato.

b) A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da nota de empenho, a fim de acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

c) O município fica isento de qualquer despesa relativa ao pagamento de pessoal e obrigações patronais.

d) Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

18.2. Quando da emissão da nota, deverá ser observada a seguinte disposição: Quanto à retenção de Imposto de Renda, esta ocorrerá com a aplicação da IN RFB Nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la nos termos do Decreto Municipal nº 273/2022 de 22/08/2022 (Imposto de Renda Retido na Fonte, em todas as contratações do Município).

18.3. As despesas correrão nas seguintes dotações orçamentárias:

07.003.2.715.3.3.90.30.23 (567) 2.500.0000.0001;

07.003.2.711.3.3.90.30.23 (553) 2.500.0000.0001;

07.003.2.709.3.3.90.30.23 (539) 1.500.0000.0001;

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 3% (três por cento) e máximo de 10% (dez por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos e máximo de 3 (três) anos.

20.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.6. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.7. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 20.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico: www.pregaobanrisul.com.br.

21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração: www.boavistadoincra.rs.gov.br.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

22.2. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto do presente edital, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

22.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O presente instrumento e a ata de registro de preço/contrato se regerão pelas cláusulas neles previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 (inclusive nos casos omissos), suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

22.12. A contratada deverá observar os deveres e responsabilidades indicadas na Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

22.13. Fica eleito o Foro da Comarca de Cruz Alta para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da ata de registro de preços e/ou contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

23. DOS ANEXOS DO EDITAL

23.1. Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Descrição dos itens do objeto;
- b) Anexo II - Modelo de declaração Conjunta;
- d) Anexo III - Minuta de Termo de Contrato;
- e) Anexo IV – Termo de Referência;
- f) Anexo V – Descrição das dotações orçamentárias;
- g) Anexo VI – Planilha de Custo – Valor Máximo Aceitável;
- h) Anexo VII – Modelo de proposta financeira adequada ao último lance ofertado;

Boa Vista do Incra, 06 de abril de 2026.

Gilmar Laurindo Bellini

Prefeito Municipal

Esta minuta de edital e a minuta do contrato foram examinados e aprovados pela Assessoria Jurídica nos termos do Parecer. Em ___/___/_____.

Assessoria Jurídica

ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO

LOTE 01: UNIFORMES ESCOLARES DESTINADOS AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA DO INCRA/RS, ABRANGENDO A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL.

ITEM	UN	QUANT	DESCRIÇÃO
01	UN	400	Camiseta de manga curta em malha de algodão ou mista (algodão/poliéster), gola careca, costuras reforçadas, confortável e resistente, com identificação visual oficial do Município.
02	UN	400	Camiseta de manga longa em malha de algodão ou mista, gola careca, adequada para temperaturas amenas, com identidade visual da rede municipal.
03	UN	400	Jaqueta em malha, com zíper frontal, bolsos laterais, punhos e barra ajustados, resistente ao uso frequente, com identificação institucional.
04	UN	400	Moletom estilo canguru, confeccionado em tecido tipo moletom, com capuz e bolso frontal, contendo identidade visual oficial do Município.
05	UN	190	Calça masculina em malha resistente, com nós elástico, adequada para atividades escolares.
06	UN	210	Calça feminina tipo legging, confeccionada em suplex, com elasticidade, resistência e conforto.
07	UN	210	Bermuda feminina estilo ciclista, em suplex, com comprimento adequado ao ambiente escolar.
08	UN	190	Bermuda masculina em malha, com nós elástico, adequada para atividades escolares e esportivas.

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Ref.: Pregão Eletrônico nº 08/2026

Declarações item 5.1.1 letras “a” a “i”

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA:**

a) Declara cumprir os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

b) Declara, para fins de cumprir com o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e do art. 68, inciso VI do da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

c) Não possuir em seu quadro societário servidor público do Município de Boa Vista do Incra, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviço prestado, inclusive consultoria, assistência técnica, ou assemelhados.

d) Não ter sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

g) Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

h) Que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

i) Declaração atestando que o licitante não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (Inc. IV do art 14 da Lei nº 14.133/21).

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos o presente.

Local, _____ de _____ de 2026.

(nome e assinatura do responsável legal)

(nº do CPF e nº da carteira de identidade e órgão emissor)

Obs.: Esse modelo é uma mera sugestão, sendo de responsabilidade do declarante a adequação à situação fática da empresa, verificar se a declaração conjunta compreende todas as declarações exigidas no item 5.1.1 e as informações declaradas.

ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
PROCESSO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

Contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ingra, pessoa jurídica de Direito Público, Inscrito no CNPJ/MF nº 04.215.199/0001-26, com sede na AV. Heraclides de Lima Gomes, nº 2750, Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Prefeito Municipal, Gilmar Laurindo Bellini, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na Avenida Heraclides de Lima Gomes, s/nº, Município de Boa Vista do Ingra - RS, por outro lado a empresa , pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nºcom sede na, nº,, município de -, representada neste ato por seu representante legal, Sr., brasileiro(a), inscrita no CI RG, inscrita no CPF sob nº, residente e domiciliado na, nº, na cidade de -, aqui denominado CONTRATADO (A), para fornecimento de uniformes escolares destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista do Ingra/RS, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, conforme descrito na cláusula primeira "Do Objeto".

O Presente contrato está vinculado ao edital de licitação Pregão Eletrônico nº 08/2026, e tem seu respectivo fundamento legal a Lei Federal nº 14.133/2021, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação pessoa jurídica para fornecimento de uniformes escolares destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista do Ingra/RS, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, conforme segue transcrito:

LOTE 01: UNIFORMES ESCOLARES DESTINADOS AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA DO INCRA/RS, ABRANGENDO A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL.

ITEM	UN	QUANT	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	UN	400	Camiseta de manga curta em malha de algodão ou mista (algodão/poliéster), gola careca, costuras reforçadas, confortável e resistente, com identificação visual oficial do Município.			
02	UN	400	Camiseta de manga longa em malha de algodão ou mista, gola careca, adequada para temperaturas amenas, com identidade visual da rede municipal.			
03	UN	400	Jaqueta em malha, com zíper frontal, bolsos laterais, punhos e barra ajustados, resistente ao uso frequente, com identificação institucional.			
04	UN	400	Moletom estilo canguru, confeccionado em tecido tipo moletom, com capuz e bolso frontal, contendo identidade visual oficial do Município.			
05	UN	190	Calça masculina em malha resistente, com nós elástico, adequada para atividades escolares.			
06	UN	210	Calça feminina tipo legging, confeccionada em suplex, com elasticidade, resistência e conforto.			
07	UN	210	Bermuda feminina estilo ciclista, em suplex, com comprimento adequado ao ambiente escolar.			
08	UN	190	Bermuda masculina em malha, com nós elástico, adequada para atividades escolares e esportivas.			

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

I. Pela aquisição dos itens a CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA

a importância de R\$ (.....),
preço este constante da proposta ao último lance ofertado e aceita pela
CONTRATANTE, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução
do presente contrato.

II. No valor acima estão incluídos todos os custos com materiais, mão de
obra e quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas, contribuições sociais,
obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que eventualmente
incidam sobre a operação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

I. Conforme estabelecido no item 5 do Termo de Referência, a execução e o
recebimento deverão ocorrer da seguinte forma:

a) A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, mediante a contratação de
empresa especializada para a confecção e fornecimento de uniformes escolares
destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino do
Município. A empresa contratada será responsável pela realização de todas as
etapas necessárias à adequada execução do objeto, compreendendo o
planejamento, a medição dos alunos, a confecção das peças, o controle de
qualidade e a entrega final dos uniformes, em conformidade com as especificações
técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

b) Inicialmente, após o recebimento da Nota de Empenho e a formalização do
contrato, a empresa contratada deverá estabelecer contato com a Secretaria
Municipal de Educação para organização das etapas de execução, especialmente
no que se refere ao cronograma de medição dos alunos e definição da grade de
tamanhos.

c) A contratada deverá proceder ao levantamento de medidas dos alunos
regularmente matriculados na rede municipal de ensino, realizando medição
individual ou utilizando tabela de tamanhos previamente validada pela
Administração, de forma a garantir que as peças confeccionadas estejam
adequadamente ajustadas às características físicas dos estudantes.

d) Concluída a etapa de medição, a empresa deverá iniciar a confecção dos
uniformes escolares, observando rigorosamente as especificações técnicas quanto
aos tecidos, modelagens, cores, padronização visual e aplicação da identidade
institucional do Município e da rede municipal de ensino.

e) Após a conclusão da produção, os uniformes deverão passar por controle interno de qualidade realizado pela própria contratada, a fim de garantir a conformidade das peças com as especificações técnicas estabelecidas no contrato.

f) A entrega dos uniformes deverá ocorrer em parcela única, no local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir do envio da Nota de Empenho, devidamente organizados por escola, turma e tamanho, a fim de facilitar a conferência e posterior distribuição aos alunos.

g) A execução do objeto deverá observar o seguinte cronograma estimado de atividades:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PRAZO ESTIMADO
1	Recebimento da Nota de Empenho e alinhamento inicial com a Secretaria de Educação	Até 3 dias
2	Planejamento da execução e organização da agenda de medição dos alunos	Até 5 dias
3	Realização da medição dos alunos ou confirmação da grade de tamanhos	Até 10 dias
4	Consolidação da tabela final de tamanhos e autorização para produção	Até 12 dias
5	Confecção e personalização dos uniformes Controle interno de qualidade das peças confeccionadas Separação, embalagem e organização por escola/tamanho	Até 40 dias
6	Entrega dos uniformes à Secretaria Municipal de Educação	Até 45 dias

h) O recebimento do objeto será realizado em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

i) Recebimento provisório: realizado no momento da entrega, mediante verificação inicial da quantidade de volumes, identificação dos itens e conferência preliminar da documentação apresentada.

j) Recebimento definitivo: realizado após a verificação detalhada da conformidade das peças com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

k) Para possibilitar a adequada conferência quantitativa e qualitativa dos uniformes fornecidos, a contratada deverá apresentar, no momento da entrega, a seguinte documentação:

I – Nota Fiscal correspondente ao fornecimento dos uniformes;

II – Relatório ou planilha de entrega contendo a discriminação dos itens fornecidos, com indicação de tipo de peça, quantidade, tamanhos e identificação das escolas ou turmas atendidas;

III – Lista de conferência dos volumes entregues;

IV – Declaração de conformidade dos produtos, atestando que os uniformes foram confeccionados em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

l) Constatada qualquer irregularidade, desconformidade ou divergência entre os produtos entregues e as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente o objeto fornecido, devendo a contratada realizar a substituição ou correção das peças às suas expensas, no prazo de 10 dias.

m) A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual serão realizados por servidor designado pela Administração, o qual será responsável por verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade dos produtos fornecidos e a conformidade das entregas com as especificações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I. Conforme estabelecido no item 7 do Termo de Referência, o pagamento ocorrerá da seguinte forma:

a) O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de até 15 (quinze) dias, após a entrega dos itens, mediante apresentação de Nota Fiscal e atesto do Fiscal do Contrato.

b) A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da nota de empenho, a fim de acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

c) O município fica isento de qualquer despesa relativa ao pagamento de pessoal e obrigações patronais.

d) Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

II. Quando da emissão da nota, deverá ser observada a seguinte disposição: Quanto à retenção de Imposto de Renda, esta ocorrerá com a aplicação da IN RFB Nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la nos termos do Decreto Municipal nº 273/2022

de 22/08/2022 (Imposto de Renda Retido na Fonte, em todas as contratações do Município).

III. As despesas correrão nas seguintes dotações orçamentárias:

07.003.2.715.3.3.90.30.23 (567) 2.500.0000.0001;

07.003.2.711.3.3.90.30.23 (553) 2.500.0000.0001;

07.003.2.709.3.3.90.30.23 (539) 1.500.0000.0001;

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

a. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, com fornecimento integral em parcela única. Tal prazo de vigência decorre da possibilidade de aditivo de contrato no caso de novas matrículas, conforme disposto no item 4 do Termo de Referência.

b. Fica proibida a subcontratação.

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

O direito e responsabilidade das partes ficam assim discriminados:

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

III - Determinar as providências necessárias quando a prestação de serviço do objeto não observar a forma estipulada no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

V - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I –FORNECER O OBJETO de acordo com as especificações, e prazos do instrumento de contratação direta e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o item em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em instrumento de contratação direta e no presente contrato.

IX - Conceder garantia dos objetos, atendendo ao mínimo exigido no Código de Defesa do Consumidor; fazer entrega técnica dos objetos, demonstrando todas as funcionalidades, orientações sobre manuseio seguro, manutenção e garantia, além de inspeção final para identificar possíveis falhas e disponibilizar de assistência técnica e fornecimento de peças de reposição.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

- a. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item I as seguintes sanções:

- a)** advertência;
 - b)** multa de no mínimo 3% (três por cento) e máximo de 10% (dez por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
 - c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.
 - d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos e máximo de 3 (três) anos.
- III.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item II poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
- IV.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item II.
- V.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- VI.** A aplicação das sanções previstas no item II não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- VII.** Na aplicação da sanção prevista no item II, alínea “b”, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- VIII.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item II o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- IX.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- X.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- XI.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus

administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XII. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item I exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

I. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 422/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Boa Vista do Inara, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”, devendo ser observado ainda as disposições do Decreto nº 022/2024 que dispõe sobre normas para gestão e fiscalização de contratos para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública do Município de Boa Vista do Inara.

II. Ficam indicados os seguintes servidores que deverão exercer a função de fiscal e suplente de fiscal do contrato, respectivamente, conforme Portaria nº 439/2025:

Vagner Felipe Biazi.

Rosane da Rosa Pereira.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterações da LC nº 147 e demais legislação correlata.

Casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

I. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

II. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

III. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

IV. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

V. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

VI. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

VII. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

VIII. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

IX. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As partes elegem o Foro de Cruz Alta (RS), para dirimir quaisquer dúvidas emergentes do presente contrato. E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Boa Vista do Incra – RS, de de 2026.

Contratada

Gilmar Laurindo Bellini

Prefeito Municipal

Fiscal

Suplente de Fiscal

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRA/SERVIÇO Nº06 REFERENTE AO DFD Nº 02

Município de Boa Vista do Incra

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo

Necessidade da Administração: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes escolares destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista do Incra/RS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes escolares, destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista do Incra/RS, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste instrumento.

Item	Unid.	Quant	Descrição	Creche	Pré-escola	Ensino Fundamental
01	un	400	Camiseta de manga curta em malha de algodão ou mista (algodão/poliéster), gola careca, costuras reforçadas, confortável e resistente, com identificação visual oficial do Município.	64	61	275
02	un	400	Camiseta de manga longa em malha de algodão ou mista, gola careca, adequada para temperaturas amenas, com identidade visual da rede municipal.	64	61	275
03	un	400	Jaqueta em malha, com zíper frontal, bolsos laterais, punhos e barra ajustados, resistente ao uso frequente, com identificação institucional.	64	61	275

04	un	400	Moletom estilo canguru, confeccionado em tecido tipo moletom, com capuz e bolso frontal, contendo identidade visual oficial do Município.	64	61	275
05	un	190	Calça masculina em malha resistente, com nós elástico, adequada para atividades escolares.	31	34	125
06	un	210	Calça feminina tipo legging, confeccionada em suplex, com elasticidade, resistência e conforto.	33	27	150
07	un	210	Bermuda feminina estilo ciclista, em suplex, com comprimento adequado ao ambiente escolar.	33	27	150
08	un	190	Bermuda masculina em malha, com nós elástico, adequada para atividades escolares e esportivas.	31	34	125

Todas as peças deverão ser padronizadas na cor azul escuro, com aplicação de viés nas cores verde e amarelo, contendo a identidade visual oficial do Município e da rede municipal de ensino, conforme padrões institucionais definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 6º, inciso XX, 18, 23 e 40, bem como no Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborado no âmbito do Processo Administrativo nº 06/2026, que analisou de forma detalhada a necessidade, a viabilidade técnica, a economicidade e a adequação da solução proposta.

O ETP demonstrou que a contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes escolares é a alternativa mais eficiente e vantajosa para atender à demanda da rede municipal de ensino, considerando a inexistência de contrato vigente, a proximidade do início do ano letivo e a impossibilidade de execução direta pela Administração, em razão da ausência de estrutura própria para confecção, personalização e logística de distribuição das peças.

A contratação também encontra respaldo na legislação municipal vigente, notadamente na Lei Municipal nº 676/2011, alterada pela Lei nº 1.702/2025, que institui o fornecimento de uniformes escolares como política pública permanente, de caráter obrigatório, sob responsabilidade do Município de Boa Vista do Incra. Assim, trata-se de obrigação legal do ente municipal, vinculada à garantia do direito à educação e à promoção da igualdade de condições de acesso e permanência dos alunos na escola, nos termos do art. 206, inciso I, da Constituição Federal.

Sob o aspecto do interesse público, a padronização do vestuário escolar contribui para a promoção da equidade social, redução de custos às famílias, fortalecimento da identidade institucional da rede municipal de ensino, melhoria da segurança no ambiente escolar e

facilitação da identificação dos alunos. Ademais, a adoção de uniformes padronizados favorece a organização do ambiente escolar e o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Do ponto de vista orçamentário e do planejamento, a contratação está prevista no Plano de Contratações Anual do Município para o exercício correspondente, vinculada ao elemento de despesa Material de Distribuição Gratuita – Uniformes, havendo compatibilidade entre a demanda apresentada, o planejamento administrativo e a disponibilidade orçamentária, conforme demonstrado no ETP.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária, adequada e proporcional, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento, economicidade, isonomia e interesse público, razão pela qual se justifica a adoção do presente Termo de Referência como instrumento técnico apto a subsidiar o procedimento de contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de uniformes escolares, abrangendo todas as etapas do processo, da medição à entrega. Essa alternativa foi escolhida por garantir eficiência, economicidade, padronização, controle de qualidade e cumprimento de prazos, assegurando uniformidade técnica, conformidade com a identidade institucional e durabilidade das peças. A padronização visual fortalece a identidade da rede municipal, promove equidade entre os alunos e facilita a gestão e fiscalização, atendendo de forma adequada e eficiente à necessidade administrativa, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar e os princípios das contratações públicas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens objeto da presente contratação possuem natureza de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Para o adequado atendimento da demanda da Administração Pública Municipal, deverão ser observados os seguintes requisitos técnicos, operacionais e institucionais:

- Os uniformes escolares deverão ser confeccionados com materiais de qualidade comprovada, adequados ao uso escolar diário por crianças e adolescentes. Os tecidos utilizados deverão apresentar resistência ao desgaste decorrente de lavagens frequentes, uso contínuo e atividades escolares regulares.
- Deverão ser empregados tecidos apropriados para cada tipo de peça, tais como malha de algodão ou malha mista (algodão e poliéster), suplex ou tecidos equivalentes de desempenho similar, garantindo conforto térmico, respirabilidade, flexibilidade e durabilidade, de modo a não restringir os movimentos dos alunos durante as atividades pedagógicas, recreativas e esportivas.
- Todas as peças deverão observar rigorosamente o padrão visual definido pela Administração Municipal, contemplando cores, logomarca e demais elementos institucionais da rede municipal de ensino.
- Os uniformes deverão ser confeccionados predominantemente na cor azul escuro, com aplicação de viés nas cores verde e amarelo, contendo a identidade visual oficial do Município e da rede municipal de ensino, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação. A padronização visual tem por finalidade fortalecer a identidade institucional da rede municipal, facilitar a identificação dos alunos e promover maior organização no ambiente escolar.
- A empresa contratada deverá disponibilizar grade completa de tamanhos, contemplando as diferentes faixas etárias atendidas pela rede municipal de ensino,

desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, de forma a assegurar a adequada adaptação das peças às características físicas dos estudantes.

- Os uniformes deverão apresentar padrão adequado de acabamento, incluindo costuras reforçadas, barras bem estruturadas, elásticos resistentes e aplicação adequada das estampas ou bordados institucionais.
- As peças não poderão apresentar defeitos de fabricação, deformações, falhas de costura ou inconsistências de cor, devendo garantir durabilidade compatível com o período de utilização previsto no calendário escolar.
- A empresa contratada será responsável pela realização do levantamento de medidas dos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação. Essa etapa deverá contemplar a medição individual dos estudantes ou a utilização de tabela padronizada de tamanhos previamente validada pela Administração, garantindo a correta correspondência entre as dimensões das peças e as características físicas dos alunos, evitando inadequações ou necessidade de substituições posteriores.
- A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica e operacional para a produção, personalização e fornecimento dos uniformes escolares nos quantitativos estimados pela Administração, demonstrando possuir estrutura produtiva, logística e organizacional compatível com o objeto da contratação. A comprovação poderá ocorrer mediante apresentação de documentação que evidencie atuação no ramo de confecção de vestuário ou fornecimento de uniformes, bem como demais requisitos de habilitação previstos na legislação de regência.
- A contratada deverá realizar a confecção e a entrega integral dos uniformes escolares no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- A entrega deverá ocorrer em parcela única, no local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, acompanhada da respectiva nota fiscal e de documentação que possibilite a conferência quantitativa e qualitativa dos itens fornecidos.

Para fins de habilitação no certame, as empresas interessadas deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos dos arts. 62 e 66 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Habilitação Jurídica

- a) registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, acompanhado de suas alterações ou da consolidação contratual;
- c) no caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus administradores;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, quando aplicável.

Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Qualificação Econômico-Financeira

- a) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser substituídos por balanços provisórios nos casos admitidos pela legislação.

Qualificação Técnica

- a) comprovação de que a empresa atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de inscrição no CNPJ com CNAE relacionado à confecção, vestuário ou fornecimento de uniformes;
- b) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento de materiais ou produtos similares ao objeto da presente contratação, tais como uniformes escolares, uniformes institucionais ou peças de vestuário em geral.

Declarações

- a) declaração de que não emprega menores em condições proibidas pela Constituição Federal, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII;
- b) declaração de que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável;
- c) declaração de que a empresa mantém as condições de habilitação durante toda a execução contratual.

O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no instrumento contratual, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis. As hipóteses de extinção contratual observarão o disposto no art. 137 da referida lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, com fornecimento integral em parcela única. Tal prazo de vigência decorre da possibilidade de aditivo de contrato no caso de novas matrículas.

São obrigações da CONTRATANTE:

- I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
- II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III - Determinar as providências necessárias quando a prestação de serviço do objeto não observar a forma estipulada no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
- V - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I – Prestar o serviço OU FORNECER O OBJETO de acordo com as especificações, e prazos do instrumento de contratação direta e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que

empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, a prestação do serviço em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em instrumento de contratação direta e no presente contrato.

HIPÓTESES DE SANÇÃO:

A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - multa de 3% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução parcial do contrato.

II - multa de 10% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução total do contrato;

IV - Advertência ou suspensão do direito de participar em licitação do CONTRATANTE, por prazo não superior a 02(dois) anos, e ainda, declará-lo inidôneo para contratar ou transacionar com o Município.

RESCISÃO CONTRATUAL:

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Para fornecimento dos itens pretendidos o interessado deverá comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, mediante a contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de uniformes escolares destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino do Município. A empresa contratada será responsável pela realização de todas as etapas necessárias à adequada execução do objeto, compreendendo o planejamento, a medição dos alunos, a confecção das peças, o controle de qualidade e a entrega final dos uniformes, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Inicialmente, após o recebimento da Nota de Empenho e a formalização do contrato, a empresa contratada deverá estabelecer contato com a Secretaria Municipal de Educação para organização das etapas de execução, especialmente no que se refere ao cronograma de medição dos alunos e definição da grade de tamanhos.

A contratada deverá proceder ao levantamento de medidas dos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino, realizando medição individual ou utilizando tabela de tamanhos previamente validada pela Administração, de forma a garantir que as peças confeccionadas estejam adequadamente ajustadas às características físicas dos estudantes.

Concluída a etapa de medição, a empresa deverá iniciar a confecção dos uniformes escolares, observando rigorosamente as especificações técnicas quanto aos tecidos, modelagens, cores, padronização visual e aplicação da identidade institucional do Município e da rede municipal de ensino.

Após a conclusão da produção, os uniformes deverão passar por controle interno de qualidade realizado pela própria contratada, a fim de garantir a conformidade das peças com as especificações técnicas estabelecidas no contrato.

A entrega dos uniformes deverá ocorrer em parcela única, no local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir do envio da Nota de Empenho, devidamente organizados por escola, turma e tamanho, a fim de facilitar a conferência e posterior distribuição aos alunos.

A execução do objeto deverá observar o seguinte cronograma estimado de atividades:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PRAZO ESTIMADO
1	Recebimento da Nota de Empenho e alinhamento inicial com a Secretaria de Educação	Até 3 dias
2	Planejamento da execução e organização da agenda de medição dos alunos	Até 5 dias
3	Realização da medição dos alunos ou confirmação da grade de tamanhos	Até 10 dias
4	Consolidação da tabela final de tamanhos e autorização para produção	Até 12 dias
5	Confecção e personalização dos uniformes Controle interno de qualidade das peças confeccionadas	Até 40 dias

	Separação, embalagem e organização por escola/tamanho	
6	Entrega dos uniformes à Secretaria Municipal de Educação	Até 45 dias

O recebimento do objeto será realizado em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

Recebimento provisório: realizado no momento da entrega, mediante verificação inicial da quantidade de volumes, identificação dos itens e conferência preliminar da documentação apresentada.

Recebimento definitivo: realizado após a verificação detalhada da conformidade das peças com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Para possibilitar a adequada conferência quantitativa e qualitativa dos uniformes fornecidos, a contratada deverá apresentar, no momento da entrega, a seguinte documentação:

I – Nota Fiscal correspondente ao fornecimento dos uniformes;

II – Relatório ou planilha de entrega contendo a discriminação dos itens fornecidos, com indicação de tipo de peça, quantidade, tamanhos e identificação das escolas ou turmas atendidas;

III – Lista de conferência dos volumes entregues;

IV – Declaração de conformidade dos produtos, atestando que os uniformes foram confeccionados em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

Constatada qualquer irregularidade, desconformidade ou divergência entre os produtos entregues e as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente o objeto fornecido, devendo a contratada realizar a substituição ou correção das peças às suas expensas, no prazo de 10 dias.

A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual serão realizados por servidor designado pela Administração, o qual será responsável por verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade dos produtos fornecidos e a conformidade das entregas com as especificações estabelecidas neste instrumento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 422/2023 que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Boa Vista do Incra, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em **parcela única**, no prazo de até **15 (quinze) dias**, após a entrega dos itens, mediante apresentação de Nota Fiscal e atesto do Fiscal do Contrato.

A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da nota de empenho, a fim de acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

O município fica isento de qualquer despesa relativa ao pagamento de pessoal e obrigações patronais.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

O futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório, modalidade pregão, critério de julgamento o menor preço global.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 99.712,30.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 50/2022, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Boa Vista do Incra, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

Item	Unid	Quant.	Descrição	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	un	400	Camiseta de manga curta em malha de algodão ou mista (algodão/poliéster), gola careca, costuras reforçadas, confortável e resistente, com identificação visual oficial do Município.	R\$ 16,03	R\$ 6.412,00
2	un	400	Camiseta de manga longa em malha de algodão ou mista, gola careca, adequada para temperaturas amenas, com identidade visual da rede municipal.	R\$ 46,08	R\$ 18.432,00
3	un	400	Jaqueta em malha, com zíper frontal, bolsos laterais, punhos e barra ajustados, resistente ao uso frequente, com identificação institucional.	R\$ 59,76	R\$ 23.904,00
4	un	400	Moletom estilo canguru, confeccionado em tecido tipo moletom, com capuz e bolso frontal, contendo identidade visual oficial do Município.	R\$ 55,88	R\$ 22.352,00
5	un	190	Calça masculina em malha resistente, com nós elástico, adequada para atividades escolares.	R\$ 35,10	R\$ 6.669,00
6	un	210	Calça feminina tipo leggings, confeccionada em suplex, com elasticidade, resistência e conforto.	R\$ 54,15	R\$ 11.371,50
7	un	210	Bermuda feminina estilo ciclista, em suplex, com comprimento adequado ao ambiente escolar.	R\$ 28,51	R\$ 5.987,10
8	un	190	Bermuda masculina em malha, com nós elástico, adequada para atividades escolares e esportivas.	R\$ 24,13	R\$ 4.584,70
					R\$ 99.712,30

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária realizada de acordo com os orçamentos realizados.

CRECHE R\$ 15.939,91

Órgão: 07 Secretaria De Educação, Cultura, Desporto, Lazer E Turismo

Unidade:003 FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

Proj./atividade: 2.715 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

Código Reduzido: 567 (2.500.0000.0001)

Elemento: 3.3.90.30.23 – Material de uniformes, tecidos e aviamentos

PRÉ-ESCOLA R\$15.088,39

Órgão: 07 Secretaria De Educação, Cultura, Desporto, Lazer E Turismo

Unidade:003 FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

Proj./atividade: 2.711 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA

Código Reduzido: 553 (2.500.0000.0001)

Elemento: 3.3.90.30.23 – Material de uniformes, tecidos e aviamentos

Secretaria de Educação – BAT R\$68.684,00

Órgão: 07 SECR DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO

Unidade: 003 FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB

Ação: 2.709 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Código Reduzido: 539 (1.500.0000.0001)

Elemento: 3.3.90.30.23 – Material de uniformes, tecidos e aviamentos

Boa Vista do Incra,06 de março de 2026.

Barbara Janaina Mate Ribeiro
Agente Administrativo

ANEXO V – DESCRIÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07.003.2.715.3.3.90.30.23 (567) 2.500.0000.0001;

07.003.2.711.3.3.90.30.23 (553) 2.500.0000.0001;

07.003.2.709.3.3.90.30.23 (539) 1.500.0000.0001;

ANEXO VI - PLANILHA DE CUSTO - VALOR DE REFERÊNCIA**VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O LOTE 01: R\$ 99.712,30 (NOVENTA E NOVE MIL SETECENTOS E DOZE REAIS E TRINTA CENTAVOS).**

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	un	400	Camiseta de manga curta em malha de algodão ou mista (algodão/poliéster), gola careca, costuras reforçadas, confortável e resistente, com identificação visual oficial do Município.	R\$ 16,03	R\$ 6.412,00
2	un	400	Camiseta de manga longa em malha de algodão ou mista, gola careca, adequada para temperaturas amenas, com identidade visual da rede municipal.	R\$ 46,08	R\$ 18.432,00
3	un	400	Jaqueta em malha, com zíper frontal, bolsos laterais, punhos e barra ajustados, resistente ao uso frequente, com identificação institucional.	R\$ 59,76	R\$ 23.904,00
4	un	400	Moletom estilo canguru, confeccionado em tecido tipo moletom, com capuz e bolso frontal, contendo identidade visual oficial do Município.	R\$ 55,88	R\$ 22.352,00
5	un	190	Calça masculina em malha resistente, com nós elástico, adequada para atividades escolares.	R\$ 35,10	R\$ 6.669,00
6	un	210	Calça feminina tipo legging, confeccionada em suplex, com elasticidade, resistência e conforto.	R\$ 54,15	R\$ 11.371,50
7	un	210	Bermuda feminina estilo ciclista, em suplex, com comprimento adequado ao ambiente escolar.	R\$ 28,51	R\$ 5.987,10
8	un	190	Bermuda masculina em malha, com nós elástico, adequada para atividades escolares e esportivas.	R\$ 24,13	R\$ 4.584,70
					R\$ 99.712,30

ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO

Referente ao Processo Administrativo de

Pregão Eletrônico nº 08/2026

Órgão: Município de Boa Vista do Incra.

Proponente (Razão Social):

CNPJ Nº

Endereço:

Fone:

e-mail:

Pessoa indicada para contatos:

Nome do representante legal (para fins de assinatura de contrato):

.....

CPF Nº

Carteira de Identidade nº

Profissão:

Endereço:

Dados bancários da empresa:

Nome do Banco/Instituição financeira:

Nº do Banco/Instituição financeira:

Nº da agência:

Nº da conta corrente:

Objeto: LOTE 01 - UNIFORMES ESCOLARES DESTINADOS AOS ALUNOS
REGULARMENTE MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA
VISTA DO INCRA/RS, ABRANGENDO A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO
FUNDAMENTAL.

ITEM	UN	QUANT	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	----	-------	---------------------	-------	-------------------	----------------

01	UN	400	Camiseta de manga curta em malha de algodão ou mista (algodão/poliéster), gola careca, costuras reforçadas, confortável e resistente, com identificação visual oficial do Município.			
02	UN	400	Camiseta de manga longa em malha de algodão ou mista, gola careca, adequada para temperaturas amenas, com identidade visual da rede municipal.			
03	UN	400	Jaqueta em malha, com zíper frontal, bolsos laterais, punhos e barra ajustados, resistente ao uso frequente, com identificação institucional.			
04	UN	400	Moletom estilo canguru, confeccionado em tecido tipo moletom, com capuz e bolso frontal, contendo identidade visual oficial do Município.			
05	UN	190	Calça masculina em malha resistente, com cós elástico, adequada para atividades escolares.			
06	UN	210	Calça feminina tipo leggings, confeccionada em suplex, com elasticidade, resistência e conforto.			
07	UN	210	Bermuda feminina estilo ciclista, em suplex, com comprimento adequado ao ambiente escolar.			
08	UN	190	Bermuda masculina em malha, com cós elástico, adequada para atividades escolares e esportivas.			

VALOR TOTAL DO LOTE: R\$

Validade da proposta: R\$ 60 dias.

Entrega: conforme edital.

Loca e Data:

Representante legal:

NOME COMPLETO

CPF:

CARIMBO COM CNPJ DA EMPRESA

Observação: É de responsabilidade da empresa proponente, ao formular sua proposta financeira adequada ao último lance ofertado, a verificação do atendimento a todas as exigências contidas no edital para fins de apresentação da proposta e adequação dos itens que se sagrou vencedor.